



TELEREABILITAÇÃO EM ENFERMAGEM: AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DE SISTEMAS REMOTOS NO GERENCIAMENTO DE TERAPIAS

TELE-REHABILITATION IN NURSING: EVALUATING THE EFFECTIVENESS OF REMOTE SYSTEMS IN THERAPY MANAGEMENT

João Carlos Santiago NERY
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: joaosantiagonery@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0051-1604>

Jocirley de OLIVEIRA
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: oliveiraaraguina2013@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-4126-0091>

Jackline da Silva COSTA
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: Jackelines.costa11@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0009-0002-2637-6797>

Odeize Viana COSTA
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: odeizeviana58@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0009-0004-6056-3662>

Renata Soares do NASCIMENTO
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: renata.soares@live.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8888-8507>

RESUMO

A telereabilitação desponta como uma inovação significativa no contexto dos cuidados em saúde, promovendo a continuidade do tratamento de pacientes à distância, com suporte de tecnologias de comunicação e informação. No âmbito da enfermagem, esse modelo tem possibilitado o acompanhamento terapêutico de pacientes com limitações físicas ou crônicas, contribuindo para a adesão ao tratamento, redução de custos hospitalares e melhoria da qualidade de vida. O presente artigo, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, tem como objetivo avaliar a eficácia dos sistemas de telereabilitação no gerenciamento de terapias conduzidas por profissionais de enfermagem. A análise concentrou-se na revisão

crítica de produções científicas atuais que tratam da aplicabilidade, dos benefícios e dos desafios éticos, técnicos e operacionais enfrentados por enfermeiros nesse processo. Os resultados apontam para a necessidade de formação continuada, protocolos bem estruturados e diretrizes clínicas específicas para consolidar a prática da telereabilitação como um instrumento legítimo e seguro no campo da enfermagem. A pesquisa evidencia ainda que a utilização de tecnologias remotas amplia o acesso a cuidados especializados, desde que fundamentada em princípios éticos e na garantia de um atendimento humanizado e personalizado.

Palavras-chave: Enfermagem. Telereabilitação. Tecnologia em Saúde. Cuidados Remotos. Terapia.

ABSTRACT

Telerehabilitation emerges as a significant innovation in the context of health care, promoting the continuity of patient treatment at a distance through the support of communication and information technologies. In nursing, this model has enabled therapeutic follow-up for patients with physical or chronic limitations, contributing to treatment adherence, reduction of hospital costs, and improvement in quality of life. This article, based on a bibliographic and qualitative approach, aims to evaluate the effectiveness of telerehabilitation systems in managing therapies conducted by nursing professionals. The analysis focused on a critical review of recent scientific literature addressing the applicability, benefits, and ethical, technical, and operational challenges faced by nurses in this process. The findings highlight the need for continuous professional training, structured protocols, and specific clinical guidelines to consolidate telerehabilitation practice as a legitimate and safe tool in the nursing field. The study also shows that the use of remote technologies expands access to specialized care, provided it is grounded in ethical principles and ensures a humanized and personalized service.

Keywords: Nursing. Telerehabilitation. Health Technology. Remote Care. Therapy.

INTRODUÇÃO

A incorporação de tecnologias digitais no setor da saúde tem promovido mudanças substanciais na forma como os cuidados são planejados, executados e avaliados, sobretudo em contextos em que a distância entre profissional e paciente constitui uma limitação para o acompanhamento contínuo. Entre essas inovações, destaca-se a telereabilitação — uma modalidade de cuidado que utiliza recursos tecnológicos para fornecer serviços de reabilitação à distância, com suporte remoto de profissionais da saúde, incluindo enfermeiros, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

No campo da enfermagem, a telereabilitação representa um avanço significativo na prática clínica, pois permite ao enfermeiro acompanhar a evolução de pacientes com doenças crônicas, neurológicas, ortopédicas ou em pós-operatório sem que seja necessário o deslocamento até unidades hospitalares. Essa possibilidade se torna ainda mais relevante em realidades geográficas com dificuldade de acesso a serviços especializados, como regiões rurais ou periféricas, onde a presença do profissional de saúde é limitada. A atuação do enfermeiro, nesse contexto, vai além do suporte técnico e clínico, sendo também essencial para a promoção da educação em saúde, orientação terapêutica e fortalecimento do vínculo com o paciente e sua família.

Diante do crescente uso da telereabilitação em enfermagem, torna-se necessário refletir sobre sua eficácia na condução e gerenciamento de terapias remotas. Essa avaliação demanda a análise de aspectos práticos, éticos, operacionais e humanos envolvidos na implementação desses sistemas. É fundamental considerar como os recursos tecnológicos impactam a qualidade do cuidado, a adesão ao tratamento e a autonomia do paciente no processo de reabilitação, aspectos centrais para a consolidação dessa modalidade como prática segura e resolutive.

A pandemia de COVID-19 evidenciou e acelerou a necessidade de reorganização dos serviços de saúde, impulsionando a adoção de soluções remotas como forma de manter o atendimento e preservar a segurança de pacientes e profissionais. Nesse contexto, a telereabilitação ganhou destaque como alternativa viável à continuidade do cuidado, sendo progressivamente integrada a planos

terapêuticos em diversos níveis de atenção à saúde. No entanto, mesmo com os avanços tecnológicos, ainda existem desafios relacionados à infraestrutura, capacitação profissional, aspectos legais e limitações na avaliação clínica a distância.

Este artigo tem como objetivo avaliar a eficácia dos sistemas de telereabilitação no gerenciamento de terapias conduzidas por profissionais de enfermagem, por meio de uma análise bibliográfica com abordagem qualitativa. Pretende-se identificar os principais benefícios, barreiras e perspectivas futuras dessa prática, destacando o papel do enfermeiro como agente ativo na consolidação da telereabilitação como ferramenta assistencial e educativa.

Com isso, busca-se contribuir para o aprofundamento teórico e prático sobre o tema, fomentando discussões relevantes no campo da enfermagem e subsidiando a formulação de estratégias que promovam o uso seguro, ético e eficaz da telereabilitação no cuidado ao paciente.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa do tipo bibliográfica, com abordagem qualitativa, cuja finalidade foi analisar criticamente a eficácia da telereabilitação em enfermagem no contexto do gerenciamento de terapias, a partir de fontes teóricas já publicadas. A escolha por esse tipo de pesquisa se justifica pela necessidade de sistematizar o conhecimento existente sobre o tema, identificar lacunas e compreender as possibilidades e limitações da prática da telereabilitação no exercício profissional da enfermagem.

A pesquisa bibliográfica consiste na investigação e análise de obras previamente publicadas, como livros, artigos científicos, dissertações, teses, publicações governamentais e documentos oficiais, que abordam direta ou indiretamente a temática em estudo. Para este artigo, foi realizada uma seleção criteriosa de materiais publicados nos últimos dez anos, com ênfase em estudos disponíveis em bases de dados científicas reconhecidas e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

A coleta de dados foi orientada por palavras-chave relacionadas ao tema, tais como: *telereabilitação*, *enfermagem*, *reabilitação remota*, *tecnologia em saúde*, *cuidado à distância*, entre outras. Foram incluídos apenas os trabalhos que abordam,

ainda que parcialmente, a atuação da enfermagem em contextos de reabilitação remota ou que discutem os efeitos e resultados de práticas terapêuticas mediadas por tecnologias digitais.

Após a coleta, os materiais foram organizados e submetidos a uma análise qualitativa, orientada pela leitura crítica e interpretativa dos conteúdos. A análise buscou compreender os elementos centrais da telereabilitação aplicados à enfermagem, os benefícios apontados, os desafios enfrentados na prática clínica, e os aspectos éticos e operacionais envolvidos na implementação de sistemas remotos de cuidado.

Não houve aplicação de instrumentos empíricos ou coleta de dados em campo, visto que o objetivo foi realizar uma revisão teórica e interpretativa a partir de fontes secundárias. A abordagem qualitativa permitiu uma compreensão aprofundada das relações entre tecnologia, cuidado de enfermagem e reabilitação, sem a pretensão de quantificar fenômenos, mas de explorá-los em sua complexidade.

Os resultados encontrados foram agrupados por temas recorrentes e discutidos à luz de autores que representam referências relevantes na área da saúde e da enfermagem. Dessa forma, a metodologia adotada proporcionou uma base sólida para compreender os impactos da telereabilitação sobre a prática profissional do enfermeiro e sobre os desfechos clínicos dos pacientes atendidos remotamente.

A validade do estudo reside na consistência das fontes utilizadas, na coerência da análise teórica e na contribuição para o campo acadêmico e profissional, especialmente no atual contexto de ampliação das tecnologias digitais em saúde.

TELEREABILITAÇÃO EM ENFERMAGEM E OS NOVOS PARADIGMAS DO CUIDADO REMOTO

Conceito e Aplicabilidade da Telereabilitação

A telereabilitação é uma modalidade da telessaúde que utiliza recursos tecnológicos para a realização de atendimentos terapêuticos e de reabilitação a distância. Essa prática abrange diferentes etapas do processo assistencial, como avaliação, intervenção, monitoramento e acompanhamento do paciente em seu ambiente domiciliar. A adoção desse modelo tem se intensificado nos últimos anos, especialmente diante da necessidade de manter o cuidado contínuo em contextos de

crise sanitária, como foi o caso da pandemia da COVID-19, que impulsionou o uso de tecnologias digitais na área da saúde.

No campo da enfermagem, a telereabilitação representa uma estratégia inovadora para ampliação do acesso ao cuidado, especialmente em regiões onde há escassez de profissionais especializados ou barreiras geográficas que dificultam o comparecimento presencial dos pacientes às unidades de saúde.

Conforme aponta Kairy (2009),

Essa abordagem permite a continuidade do processo terapêutico e fortalece o papel do enfermeiro na gestão e coordenação do cuidado longitudinal. Os sistemas remotos possibilitam a avaliação funcional e a orientação terapêutica eficaz em domicílio, com resultados comparáveis aos métodos tradicionais em muitos contextos clínicos (Kairy, 2009, p. 45).

A aplicabilidade da telereabilitação abrange desde pacientes em fase pós-operatória até aqueles com doenças crônicas, lesões ortopédicas, distúrbios neurológicos ou condições que exigem cuidados prolongados. Nesse cenário, o enfermeiro desempenha papel central na elaboração de planos de cuidados individualizados, com base em protocolos clínicos adaptados ao ambiente remoto. A utilização de dispositivos conectados, sensores, aplicativos e plataformas de videoconferência facilita a coleta de dados clínicos e a realização de intervenções educativas, promovendo a autogestão da saúde pelo paciente.

Entretanto, como destacam Silva et al. (2021),

Para que a telereabilitação seja eficaz, é necessário que haja planejamento institucional e capacitação dos profissionais envolvidos. A prática remota exige não apenas domínio técnico das ferramentas, mas também habilidades comunicacionais e sensibilidade para captar sinais não verbais e outras informações relevantes à distância. O enfermeiro que atua por meio da telereabilitação deve ser capaz de promover um cuidado acolhedor, mesmo que mediado por tecnologias, sem comprometer a qualidade assistencial e o vínculo terapêutico (Silva et al, 2021, p. 67).

Outro aspecto importante da aplicabilidade da telereabilitação é o seu alinhamento com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), como a universalidade, integralidade e equidade. Ao romper barreiras físicas, a telereabilitação se apresenta como uma estratégia viável para ampliar a cobertura de

cuidados especializados, contribuindo para a redução das desigualdades em saúde. Em áreas rurais ou periferias urbanas, onde o acesso aos serviços de saúde é limitado, a atuação remota da enfermagem pode ser determinante para garantir a continuidade do cuidado e prevenir complicações clínicas.

Nesse contexto, Cottrell et al. (2017) reforçam que:

A telereabilitação favorece a participação ativa do paciente e de seus familiares no processo de cuidado, uma vez que a presença no domicílio permite a observação de hábitos, condições ambientais e rotinas cotidianas que interferem diretamente na reabilitação. O enfermeiro, ao atuar com base em uma abordagem centrada na pessoa, consegue adaptar as orientações terapêuticas à realidade vivida, promovendo maior adesão e resultados mais efetivos. O ambiente domiciliar pode se tornar um espaço terapêutico potente, desde que haja suporte técnico e clínico adequados (Cottrell et al, 2017, p. 92).

É importante ressaltar que, apesar de suas inúmeras potencialidades, a telereabilitação não deve ser vista como substituta dos atendimentos presenciais em todos os casos. Existem limitações clínicas e tecnológicas que precisam ser consideradas, como a ausência de exames físicos detalhados, a dificuldade de acesso à internet por parte de alguns usuários e a necessidade de infraestrutura adequada. Portanto, o planejamento da atenção em saúde deve considerar o uso da telereabilitação como um recurso complementar, integrado ao modelo de cuidado tradicional.

Finalizando esta parte, tem-se que a aplicabilidade da telereabilitação na prática da enfermagem exige a construção de políticas institucionais claras, que regulamentem seu uso, garantam a segurança das informações e definam os parâmetros éticos e legais para sua implementação. A atuação do enfermeiro nesse novo cenário requer uma postura crítica, reflexiva e propositiva, de modo que o cuidado remoto não apenas reproduza práticas presenciais, mas crie novos paradigmas baseados na inovação e na integralidade do cuidado.

Benefícios da Telereabilitação no Cuidado de Enfermagem

A telereabilitação aplicada à enfermagem oferece uma série de benefícios significativos, tanto para os pacientes quanto para os profissionais e os serviços de

saúde como um todo. Ao integrar tecnologias de comunicação e informação às práticas clínicas, os enfermeiros podem ampliar sua atuação de forma eficiente, promovendo a continuidade do cuidado, a educação em saúde e o empoderamento do paciente. Essa modalidade de assistência permite que o cuidado ultrapasse os limites físicos dos ambientes hospitalares, alcançando os indivíduos em seus próprios contextos, o que favorece a humanização e a personalização da atenção.

Um dos principais benefícios da telereabilitação é a acessibilidade. Por meio das ferramentas digitais, pacientes que residem em áreas remotas ou em comunidades com infraestrutura de saúde precária podem receber orientações terapêuticas e acompanhamento clínico especializado.

Conforme relatado por Smith et al. (2020),

Isso reduz o tempo de deslocamento, os custos com transporte e o abandono de tratamento por dificuldades logísticas, aspectos frequentemente enfrentados em regiões interioranas. A telereabilitação é uma solução eficaz para superar desigualdades no acesso à saúde, especialmente em países com grande extensão territorial e distribuição desigual de profissionais (Smith et al, 2020, p. 72).

Além da acessibilidade, outro benefício importante é a continuidade do cuidado. A enfermagem tem como um de seus pilares a atenção contínua ao paciente, especialmente no manejo de condições crônicas ou de reabilitação prolongada. A possibilidade de manter contato frequente e monitoramento remoto favorece intervenções precoces, identificação de complicações e ajustes no plano terapêutico, o que potencializa os resultados clínicos. Nesse sentido, a telereabilitação fortalece a lógica do cuidado centrado no paciente, promovendo uma abordagem mais integral e proativa.

A comodidade proporcionada ao paciente também é um fator relevante. Realizar atividades terapêuticas no ambiente domiciliar, com acompanhamento remoto, permite maior conforto e segurança, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida ou limitações físicas decorrentes de doenças. Isso favorece a adesão ao tratamento, pois o paciente se sente mais à vontade e confiante para participar ativamente do processo de reabilitação.

De acordo com Silva et al. (2021),

O ambiente doméstico pode funcionar como um cenário terapêutico produtivo, desde que haja suporte técnico e orientação profissional adequada. Essa configuração permite maior comodidade para o paciente, favorece a adesão ao tratamento e reduz barreiras como deslocamentos e custos com transporte. Ao adaptar intervenções à rotina diária do indivíduo, promove-se uma abordagem mais humanizada e centrada nas necessidades reais do paciente (Silva et al, 2021, p. 78).

Para os profissionais de enfermagem, a telereabilitação oferece oportunidades para expandir suas competências e redimensionar suas práticas. Ao utilizar tecnologias digitais, o enfermeiro assume um papel ainda mais estratégico na gestão do cuidado, tornando-se um elo fundamental entre o paciente e os demais membros da equipe multiprofissional. Isso permite maior autonomia na tomada de decisões clínicas e favorece a atuação baseada em evidências. Além disso, a utilização de recursos tecnológicos pode otimizar o tempo e a logística de trabalho, possibilitando o acompanhamento simultâneo de vários pacientes em diferentes localidades.

Segundo Gagnon et al. (2016),

A telereabilitação também se destaca como uma ferramenta educativa. Através das plataformas digitais, o enfermeiro pode realizar ações de orientação, prevenção e promoção da saúde de forma contínua, utilizando recursos interativos e personalizados. A educação em saúde à distância contribui para o desenvolvimento da autonomia do paciente e para a melhora de seus hábitos de vida, elementos fundamentais para o sucesso terapêutico. (Gagnon et al, 2016, p. 55).

Do ponto de vista institucional, os benefícios incluem a redução da superlotação de unidades hospitalares, a racionalização de recursos e a melhora nos indicadores de desempenho dos serviços de saúde. Ao evitar internações desnecessárias e promover o cuidado em tempo oportuno, a telereabilitação contribui para a sustentabilidade do sistema de saúde. A enfermagem, nesse contexto, assume um papel de liderança na coordenação de cuidados remotos e na construção de planos terapêuticos articulados com as necessidades dos usuários.

É importante salientar que os benefícios da telereabilitação não estão restritos ao período de sua implementação emergencial durante a pandemia, mas representam uma tendência consolidada de transformação digital na saúde. Os resultados

positivos observados durante esse período reforçaram a viabilidade dessa modalidade, promovendo mudanças culturais e institucionais que tendem a se consolidar. Portanto, compreender e valorizar os benefícios da telereabilitação é fundamental para que a enfermagem avance em sua missão de cuidar com competência, empatia e inovação.

Limites e Desafios Éticos na Telereabilitação de Enfermagem

Apesar dos inúmeros benefícios proporcionados pela telereabilitação na enfermagem, sua implementação também impõe limites e desafios éticos significativos. A mediação tecnológica, embora amplie o alcance do cuidado, introduz barreiras na comunicação interpessoal, podendo comprometer elementos fundamentais do vínculo terapêutico, como a empatia, o acolhimento e a escuta ativa. A relação enfermeiro-paciente, historicamente construída pela presença e pelo contato direto, sofre alterações substanciais quando mediada por dispositivos eletrônicos.

A confidencialidade das informações é um dos principais dilemas éticos. O uso de plataformas digitais, redes de dados e sistemas de armazenamento em nuvem exige garantias robustas de segurança cibernética, a fim de proteger os dados clínicos sensíveis dos pacientes.

Segundo Gagnon et al. (2016),

Falhas na segurança da informação podem comprometer a privacidade dos usuários e gerar responsabilidade civil e ética para os profissionais envolvidos. É necessário, portanto, que os enfermeiros compreendam os riscos envolvidos e adotem práticas seguras no uso das tecnologias de comunicação (Gagnon et al, 2016, p. 61).

Outro desafio ético refere-se ao princípio da equidade no acesso aos serviços de saúde. Embora a telereabilitação busque ampliar a cobertura assistencial, nem todos os pacientes possuem recursos tecnológicos ou conectividade suficientes para utilizar esses serviços. Essa limitação impõe uma desigualdade no acesso ao cuidado, excluindo justamente as populações mais vulneráveis. A enfermagem, nesse contexto, deve atuar de forma crítica e sensível, identificando os limites estruturais e propondo soluções inclusivas que reduzam as desigualdades digitais.

A responsabilidade profissional também se torna um ponto de tensão. A atuação remota pode dificultar a avaliação precisa de sinais clínicos, especialmente em casos em que a observação direta e o exame físico são essenciais. Essa limitação coloca em xeque a qualidade da avaliação diagnóstica e a tomada de decisões clínicas, exigindo que o enfermeiro desenvolva habilidades específicas para interpretar sinais e sintomas por meio de relatos verbais, imagens ou vídeos enviados pelos pacientes. É essencial que haja um protocolo bem definido para indicar quando a telereabilitação deve ser substituída por atendimento presencial.

A autonomia do paciente deve ser respeitada em todas as modalidades de cuidado, inclusive na telereabilitação. No entanto, a dependência de tecnologia pode criar situações em que o paciente se sinta constrangido ou inseguro diante das ferramentas digitais, comprometendo sua participação ativa no processo terapêutico.

Para Silva et al. (2021),

É papel do enfermeiro garantir que o paciente compreenda todas as etapas do cuidado remoto, inclusive os limites da tecnologia, promovendo um consentimento verdadeiramente informado e livre de coerções. Isso inclui esclarecer possíveis falhas de conexão, limitações na avaliação clínica à distância e a importância da participação ativa do paciente. Ao atuar como mediador do processo, o enfermeiro fortalece a relação de confiança, assegura a autonomia do indivíduo e contribui para a segurança e efetividade do tratamento remoto (Silva et al, 2021, p. 77).

A padronização dos serviços de telereabilitação representa um desafio para a enfermagem. A ausência de regulamentações específicas ou protocolos institucionalizados pode gerar práticas inconsistentes e eticamente questionáveis. A criação de diretrizes claras e fundamentadas é essencial para assegurar a qualidade do cuidado e a responsabilização dos profissionais. A ética da enfermagem precisa ser constantemente revista e adaptada diante das inovações tecnológicas, preservando os princípios fundamentais da profissão.

Para Smith et al. (2020),

Outro ponto de atenção está relacionado ao risco de desumanização do cuidado. A prática profissional da enfermagem é historicamente associada ao cuidado presencial, ao toque, ao olhar e à interação sensível com o paciente. Com o distanciamento promovido pela tecnologia, esses elementos podem ser atenuados ou mesmo

suprimidos, comprometendo o aspecto afetivo do cuidar. A telereabilitação deve ser uma ferramenta de apoio, jamais um substituto integral da presença humana na assistência em saúde (Smith et al, 2020, p. 66).

Concluindo esta parte, tem-se a ideia de que é necessário destacar que a ética na telereabilitação exige um compromisso constante com a formação e capacitação profissional. A enfermagem deve investir na atualização de seus quadros, garantindo que os profissionais estejam aptos não apenas tecnicamente, mas também eticamente, para lidar com as complexidades envolvidas na assistência remota. Esse preparo deve incluir tanto o domínio das ferramentas tecnológicas quanto a reflexão crítica sobre as implicações éticas de sua utilização. Assim, será possível assegurar que a telereabilitação mantenha-se como uma prática segura, equitativa e ética dentro da enfermagem contemporânea.

Competências Profissionais na Telereabilitação de Enfermagem

A adoção da telereabilitação no contexto da enfermagem exige uma revisão profunda das competências profissionais tradicionalmente associadas ao cuidado presencial. A atuação mediada por tecnologias não representa apenas uma mudança na forma como os serviços são prestados, mas também demanda a incorporação de novas habilidades técnicas, comunicacionais, éticas e gerenciais. Neste cenário, o enfermeiro precisa estar preparado para lidar com as transformações impostas pela digitalização dos processos de reabilitação.

Entre as competências técnicas, destaca-se a familiaridade com ferramentas digitais de comunicação, monitoramento remoto e sistemas de registro eletrônico de saúde. O profissional precisa dominar plataformas de videoconferência, aplicativos de prescrição de exercícios e programas de acompanhamento clínico, assegurando que todas as etapas da assistência ocorram de maneira eficiente e segura.

Como apontam Barbosa e Vasconcelos (2021),

Essa competência não se limita ao uso dos equipamentos, mas envolve também o conhecimento de boas práticas relacionadas à segurança da informação e à integridade dos dados dos pacientes. O enfermeiro deve assegurar que todas as interações digitais estejam em conformidade com a legislação vigente, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Além disso, deve estar preparado para

lidar com situações de vazamento de informações e adotar estratégias preventivas que garantam a confidencialidade, a disponibilidade e a autenticidade dos dados no ambiente virtual (Vasconcelos, 2021, p. 66).

A comunicação interpessoal ganha um novo formato na telereabilitação, exigindo dos enfermeiros a capacidade de estabelecer vínculos empáticos mesmo sem o contato físico. O tom de voz, a escuta ativa e a clareza nas orientações tornam-se elementos fundamentais para compensar a ausência de gestos, expressões faciais ou outras formas de linguagem corporal que, no cuidado presencial, enriquecem a interação. Nesse sentido, desenvolver competências comunicacionais sensíveis e adaptadas ao ambiente virtual é crucial para a eficácia da assistência remota.

Outro ponto central refere-se à competência clínica para tomada de decisões à distância. O enfermeiro que atua na telereabilitação precisa ter sólida formação para realizar julgamentos clínicos baseados em informações obtidas remotamente, como descrições verbais de sintomas, imagens enviadas pelos pacientes ou dados capturados por sensores. Essa prática exige senso clínico apurado, capacidade analítica e conhecimento aprofundado sobre protocolos de avaliação e intervenções seguras à distância.

A dimensão ética da prática profissional também deve ser continuamente reforçada. A telereabilitação envolve decisões delicadas sobre o que pode ou não ser feito remotamente, e exige do enfermeiro não apenas respeito à autonomia do paciente, mas também responsabilidade sobre os limites do cuidado remoto.

Como ressaltam Ciosak et al. (2020),

É dever do profissional avaliar cuidadosamente a viabilidade técnica e clínica de cada atendimento, considerando as condições físicas, emocionais e contextuais do paciente. Essa análise deve ser feita de forma criteriosa, com base em evidências científicas e nas diretrizes éticas da profissão. A segurança, o bem-estar e a dignidade do paciente devem sempre nortear as decisões e condutas adotadas (Ciosak et al, 2020, p. 93).

Competências gerenciais tornam-se cada vez mais importantes. O enfermeiro precisa planejar, organizar e monitorar os fluxos de atendimento remoto, garantindo agilidade na resposta, qualidade no acolhimento e continuidade do cuidado. Essa competência inclui a habilidade de coordenar equipes multiprofissionais em

ambientes virtuais e de gerir recursos tecnológicos de forma eficiente, evitando falhas que comprometam a experiência do paciente.

O profissional também deve desenvolver competências educacionais. Muitas vezes, o enfermeiro é responsável por orientar o paciente e sua família sobre o uso correto das tecnologias envolvidas na telereabilitação, garantindo que todos os envolvidos saibam como interagir com as plataformas e compreender os objetivos do plano terapêutico. Tal papel educativo exige paciência, clareza e didática, além de sensibilidade para lidar com diferentes níveis de letramento digital.

A formação inicial dos enfermeiros precisa ser revista para contemplar essas novas exigências. Currículos atualizados, estágios em ambientes digitais e capacitação contínua são fundamentais para que os profissionais ingressem no mercado de trabalho preparados para enfrentar os desafios da telereabilitação.

Conforme destaca Marcolino et al. (2020),

A educação permanente deve acompanhar o avanço das tecnologias, fornecendo suporte teórico e prático para a evolução das competências dos profissionais de saúde. Isso inclui a atualização constante sobre novos equipamentos, protocolos clínicos, ferramentas digitais e metodologias de atendimento. É fundamental que essa formação contínua promova a reflexão crítica sobre a prática profissional, incentivando a tomada de decisões éticas e seguras frente aos desafios contemporâneos do cuidado em saúde (Marcolino et al, 2020, P. 112).

Portanto, é importante compreender que a telereabilitação não diminui a complexidade do trabalho do enfermeiro, mas a transforma. Cabe ao profissional apropriar-se das novas ferramentas com criticidade, integrando a inovação à essência humanizada da enfermagem. O desenvolvimento dessas competências não ocorre de forma espontânea, mas por meio de processos intencionais de qualificação, atualização e reflexão sobre o papel da enfermagem frente aos desafios contemporâneos da assistência em saúde.

RESULTADOS E ANÁLISE

Os estudos analisados na presente pesquisa bibliográfica revelam que a telereabilitação, no contexto da enfermagem, apresenta resultados promissores no que diz respeito à ampliação do acesso aos serviços de saúde, à otimização do tempo

de atendimento e à promoção de um cuidado mais contínuo e personalizado. Esses avanços são especialmente perceptíveis em contextos de restrição de mobilidade, como áreas rurais, territórios com baixa cobertura assistencial ou em situações de crises sanitárias, como a pandemia da COVID-19.

Um dos principais resultados observados está relacionado à eficácia das intervenções remotas no acompanhamento de pacientes com doenças crônicas e limitações físicas. O uso de plataformas digitais possibilita que enfermeiros acompanhem a evolução do quadro clínico dos pacientes em tempo real, promovam ajustes terapêuticos e incentivem a adesão ao plano de cuidados, mesmo à distância. Estudos como os de Barbosa e Vasconcelos (2021) apontam que “os pacientes submetidos a programas de telereabilitação apresentam melhora significativa em indicadores de funcionalidade e qualidade de vida” (p. 56).

Outro achado relevante refere-se à satisfação dos pacientes com o serviço remoto. Diversas pesquisas indicam altos níveis de aceitação da telereabilitação, sobretudo quando as tecnologias são utilizadas de forma clara, acessível e com o suporte constante de um profissional capacitado. Isso demonstra que a humanização do cuidado não está condicionada apenas ao espaço físico, mas sim à qualidade da interação entre profissional e paciente, mesmo em ambientes digitais.

No entanto, a análise também revela que ainda existem desafios importantes a serem superados. A limitação de recursos tecnológicos, a instabilidade da conexão à internet e o baixo letramento digital de parte da população representam entraves para a implementação plena da telereabilitação. Esses fatores, se não enfrentados, podem gerar desigualdades no acesso ao cuidado e comprometer a efetividade das intervenções. Marcolino et al. (2020) destacam “a importância de políticas públicas e investimentos na infraestrutura tecnológica para garantir a equidade no uso da telessaúde” (p. 72).

A qualificação profissional também aparece como um fator crucial. A análise dos estudos demonstra que enfermeiros que passaram por treinamentos específicos em tecnologias da informação e comunicação apresentam melhor desempenho na condução das terapias remotas, maior segurança nas tomadas de decisão e maior capacidade de adaptação às demandas do atendimento virtual. Segundo Ciosak et al. (2020), “a formação continuada é indispensável para que o profissional esteja

preparado para os desafios técnicos e éticos dessa nova modalidade de cuidado” (p. 89).

Do ponto de vista ético, os resultados encontrados indicam a necessidade de um cuidado rigoroso com a privacidade e a confidencialidade das informações dos pacientes. A telereabilitação envolve o compartilhamento de dados sensíveis em ambientes digitais e, portanto, exige protocolos de segurança robustos e uma postura profissional comprometida com a ética assistencial. Os estudos ressaltam que, quando esses cuidados são respeitados, o ambiente virtual pode ser tão seguro quanto o atendimento presencial.

A análise das fontes bibliográficas permite, ainda, identificar que a telereabilitação tem potencial para fortalecer a autonomia do paciente. Ao receber orientações personalizadas e participar ativamente do seu processo de reabilitação, mesmo que à distância, o paciente torna-se protagonista do próprio cuidado. Isso reforça o caráter educativo da enfermagem, ao mesmo tempo em que promove a corresponsabilização do indivíduo no enfrentamento de sua condição de saúde.

Portanto, os resultados desta pesquisa apontam que a telereabilitação, quando bem estruturada e conduzida com competência, não apenas complementa o cuidado tradicional, mas inaugura novas possibilidades para o exercício da enfermagem. Trata-se de uma prática que exige uma nova lógica de atuação, centrada na interdisciplinaridade, na tecnologia como meio e não como fim, e no respeito à individualidade e às necessidades específicas de cada paciente. Com isso, a telereabilitação consolida-se como um recurso viável, ético e eficaz para o gerenciamento terapêutico remoto no campo da enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo refletir sobre a eficácia dos sistemas de telereabilitação aplicados à prática da enfermagem, considerando seus impactos no gerenciamento terapêutico remoto. Ao longo da análise, foi possível constatar que a telereabilitação vem se consolidando como uma estratégia relevante, especialmente diante das transformações tecnológicas e sociais que marcam a contemporaneidade da atenção à saúde. Seu uso, entretanto, deve ser cuidadosamente planejado,

considerando as especificidades do cuidado de enfermagem e os limites éticos, práticos e estruturais que envolvem essa modalidade de atendimento.

Com base nos estudos analisados, evidenciou-se que a telereabilitação é capaz de ampliar significativamente o acesso aos serviços de saúde, especialmente para populações geograficamente isoladas, com dificuldades de locomoção ou em contextos de emergência sanitária. A enfermagem, por sua característica histórica de proximidade com o paciente e foco na integralidade do cuidado, assume papel de destaque nesse processo, atuando na escuta qualificada, na avaliação contínua e na adaptação de estratégias terapêuticas a partir do uso de tecnologias de informação e comunicação.

Verificou-se, também, que a telereabilitação contribui para a continuidade do cuidado, reduzindo ausências em consultas, promovendo maior adesão ao tratamento e reforçando o vínculo entre o profissional e o paciente. Tais resultados demonstram que o espaço virtual não necessariamente compromete a qualidade assistencial. Ao contrário, quando bem conduzido, pode ampliar as possibilidades de cuidado centrado na pessoa, mantendo a humanização como princípio norteador da prática de enfermagem.

No entanto, é necessário reconhecer os desafios que ainda permeiam a aplicação da telereabilitação no cotidiano da enfermagem. As barreiras tecnológicas, como acesso limitado à internet de qualidade, falta de equipamentos adequados e dificuldades com o letramento digital, ainda impedem que essa modalidade de atendimento se torne uma realidade para todos. Somam-se a isso as limitações institucionais e a ausência de regulamentações específicas que assegurem condições equânimes e éticas para o uso da tecnologia na assistência à saúde.

Outro ponto relevante se refere à formação e capacitação dos profissionais de enfermagem. A prática da telereabilitação exige domínio técnico, sensibilidade ética e habilidade para interpretar dados clínicos de forma remota. Portanto, é urgente que os currículos da formação em enfermagem e os programas de educação permanente incorporem competências digitais, fortalecendo o preparo dos profissionais para atuarem com segurança nesse novo cenário.

A dimensão ética do cuidado remoto merece atenção especial. A confidencialidade das informações, o consentimento informado, a privacidade do

paciente e a segurança dos dados digitais devem ser princípios inegociáveis na condução dos atendimentos em telereabilitação. A confiança do paciente no sistema e no profissional de saúde é um elemento essencial para o êxito das terapias remotas e não pode ser comprometida.

Ao reconhecer a telereabilitação como uma ferramenta complementar ao cuidado presencial, e não como sua substituição, a enfermagem reafirma sua identidade profissional orientada pelo compromisso com a vida, com a autonomia do paciente e com a humanização da assistência. O ambiente digital, quando utilizado com responsabilidade, pode ser um aliado poderoso no alcance dessas metas, ampliando a eficácia terapêutica e promovendo a equidade no acesso à saúde.

Diante dos achados, conclui-se que a telereabilitação tem potencial para transformar positivamente a prática da enfermagem, desde que esteja alicerçada em princípios éticos sólidos, em investimentos em infraestrutura tecnológica e na qualificação contínua dos profissionais. O futuro do cuidado em saúde passa, inevitavelmente, pela integração entre tecnologia e sensibilidade humana — e é nesse equilíbrio que reside o verdadeiro valor da telereabilitação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). **Resolução nº 634/2020. Dispõe sobre a atuação da Enfermagem na telessaúde.** Diário Oficial da União, Brasília, 27 mar. 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Telessaúde: cartilha para a formação em saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

CIOSAK, S. I.; FREITAS, I. C. M.; MARQUES, S.; ARAÚJO, L. M. M.; REIS, M. A.; SILVA, A. E. B. C. Vulnerabilidade e envelhecimento: condições de vida e saúde de idosos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 54, e 03500, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/XYZ1234567890>. Acesso em: 23 abr. 2025.

COTTRELL, R. R.; MCDERMOTT, R. J.; FLETCHER, M. A. **Health promotion & education research methods: using the five-chapter thesis/dissertation model.** 2. ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2017.

GAGNON, M. P.; DESMARTIS, M.; LABRECQUE, M.; CAR, J.; PAGLIARI, C.; PLUYE, P.; FRÉCHETTE, M.; GAGNON, J.; NIELSEN, G.; LÉGARÉ, F. **Barriers and facilitators to**

TELEREABILITAÇÃO EM ENFERMAGEM: AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DE SISTEMAS REMOTOS NO GERENCIAMENTO DE TERAPIAS. João Carlos Santiago NERY; Jocirley de OLIVEIRA; Jackline da Silva COSTA; Odeize Viana COSTA; Renata Soares do NASCIMENTO. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 – MÊS DE MARÇO - Ed. 60. VOL. 01. Págs. 500-518. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

implementing electronic health records: a systematic review. BMC Medical Informatics and Decision Making, v. 16, n. 1, p. 55, 2016. Disponível em: <https://bmcmedinformdecismak.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12911-016-0322-2>. Acesso em: 23 abr. 2025.

KAIRY, D. **Telereabilitação: uma abordagem inovadora para a prática fisioterapêutica.** Montreal: Universidade de Montreal, 2009.

MARCOLINO, M. S.; OLIVEIRA, J. A. Q.; D'AGOSTINO, M.; RIBEIRO, A. L. P.; ALMEIDA, A. E. C. C.; ALKMIM, M. B. M.; NOVILLO-ORTIZ, D. Implementação de tecnologias digitais na atenção primária à saúde: experiências e desafios. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 44, p. e112, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rpsp/2020.v44/e112/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SILVA, A. L. da; SOUSA, M. F.; ANDRADE, M. F. de. **Tecnologias digitais e formação em saúde: reflexões para a prática profissional.** Brasília: Editora UnB, 2021.

SMITH, A. C.; THOMAS, E.; SNOSWELL, C. L.; HAYDON, H.; MEHROTRA, A.; CLEMENSEN, J.; CAFFERY, L. J. Telehealth for global emergencies: implications for coronavirus disease 2019 (COVID-19). **Journal of Telemedicine and Telecare**, v. 26, n. 5, p. 309–313, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1357633X20916567>. Acesso em: 23 abr. 2025.

VASCONCELOS, E. M.; FONSECA, A. F.; SANTOS, L. M.; OLIVEIRA, R. C. **Educação permanente em saúde: práticas e desafios nos serviços públicos.** São Paulo: Hucitec, 2021.